

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	52.085	9.993	Fornecedores	8	54.194	63.920
Contas a receber	4	87.966	91.988	Empréstimos e financiamentos	9	40.222	9.937
Insumos para prestação de serviços	5	468	520	Debêntures	10	52.780	44.576
Partes relacionadas	12	543	493	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	11	24.006	17.858
Despesas antecipadas		12.629	10.065	Impostos a recolher		4.217	6.019
Impostos a recuperar		736	2.429	Partes relacionadas	12	2.412	2.190
Tributos diferidos	15	4.590	-	Adiantamentos de clientes		3.929	8.560
Outros ativos		2.007	1.019	Dividendos	14.d)	311	-
Total do ativo circulante		<u>161.024</u>	<u>116.507</u>	Outras contas a pagar		<u>3.505</u>	<u>3.375</u>
				Total do passivo circulante		<u>185.576</u>	<u>156.435</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar		732	687	Debêntures	10	93.244	104.722
Partes relacionadas	12	-	479	Empréstimos e financiamentos	9	50.563	23.349
Depósitos judiciais		3.025	1.805	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	15.616	13.266
Tributos diferidos	15	26.718	30.308	Outras contas a pagar		<u>1</u>	<u>1</u>
Imobilizado	6	12.083	25.612	Total do passivo não circulante		159.424	141.338
Intangível	7	486.360	448.300	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros ativos		250	-	Capital social	14.a)	202.129	202.129
Total do ativo não circulante		<u>529.168</u>	<u>507.191</u>	Reservas de capital	14.b)	139.737	139.631
				Reservas de lucros - legal	14.c)	2.394	2.329
				Reservas de lucros / (prejuízos)	14.c)	<u>932</u>	<u>(18.164)</u>
				Total do patrimônio líquido		345.192	325.925
TOTAL DO ATIVO		<u><u>690.192</u></u>	<u><u>623.698</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>690.192</u></u>	<u><u>623.698</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	16	589.425	572.808
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	17	(372.223)	(412.158)
LUCRO BRUTO		<u>217.202</u>	<u>160.650</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	17	(75.813)	(86.453)
Gerais e administrativas	17	(82.274)	(79.247)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	(338)	501
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO		<u>58.777</u>	<u>(4.549)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	1.700	1.871
Despesas financeiras	18	<u>(34.285)</u>	<u>(32.459)</u>
		(32.585)	(30.588)
LUCRO/ (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>26.192</u>	<u>(35.137)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes e Diferidos	15	<u>(9.004)</u>	<u>9.982</u>
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>17.188</u>	<u>(25.155)</u>
LUCRO/ (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	19	138,02	(201,99)
LUCRO/ (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	19	132,54	(195,92)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
LUCRO /(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.188	(25.155)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>17.188</u>	<u>(25.155)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BOA VISTA SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total
			Bônus de subscrição	Ágio e valor justo de combinação de negócios	Plano de opção com base em ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		142.127	1	136.330	8.327	2.329	4.267	-	293.381
Integralização de capital em moeda corrente		60.002	-	-	-	-	-	-	60.002
Plano de opção com base em ações	23	-	-	(5.027)	-	-	2.724	-	(2.303)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(25.155)	(25.155)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(6.991)	6.991	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>202.129</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>3.300</u>	<u>2.329</u>	<u>-</u>	<u>(18.164)</u>	<u>325.925</u>
Plano de opção com base em ações	23	-	-	-	106	-	-	-	106
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	2.284	2.284
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	17.188	17.188
Destinação do lucro:									
Reserva legal	14.c)	-	-	-	-	65	-	(65)	-
Dividendo mínimo obrigatório	14.d)	-	-	-	-	-	-	(311)	(311)
Retenção de lucros	14.c)	-	-	-	-	-	932	(932)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>202.129</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>3.406</u>	<u>2.394</u>	<u>932</u>	<u>-</u>	<u>345.192</u>

BOA VISTA SERVICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/ (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		26.192	(35.137)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	130.439	122.658
Despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos		20.619	25.140
Custos sobre empréstimos e debêntures apropriados		1.480	741
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	83	576
Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais	13	6.805	4.852
Baixa do ativo imobilizado e intangível		12.452	10
Baixa de investimentos		-	839
Plano de opções em ações		107	(2.306)
Programa de participação nos resultados - PPR		11.499	5.593
Outros ajustes de reconciliação do caixa		(1.831)	3.693
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber		4.550	(11.265)
Estoques		52	(510)
Partes relacionadas		429	222
Despesas antecipadas		(2.564)	(6.270)
Impostos a recuperar		1.648	(146)
Outros ativos		(2.458)	(805)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(16.084)	17.328
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		(5.351)	(6.937)
Impostos a recolher		(11.804)	(1.137)
Partes relacionadas		222	3.294
Adiantamento de Clientes		(4.631)	(361)
Outras contas a pagar		(184)	880
Provisão para perdas cíveis (pagamentos)	13	(4.455)	(4.278)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>167.215</u>	<u>116.674</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>167.215</u>	<u>116.674</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de intangíveis e imobilizado	6 e 7	(157.560)	(146.708)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(157.560)</u>	<u>(146.708)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de Capital		-	60.002
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	82.478	42.020
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	(20.570)	(20.755)
Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	(29.782)	(27.820)
Dividendos a pagar	14.d)	311	-
Mútuo com partes relacionadas		-	(15.958)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>32.437</u>	<u>37.489</u>
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>42.092</u>	<u>7.454</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	9.993	2.539
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	52.085	9.993
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>42.092</u>	<u>7.454</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º a 15º andares, cidade de Barueri. Foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, com o propósito de negócios e atividades de: (a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

Em novembro de 2013 a Sociedade foi credenciada pelo ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação como uma Autoridade Certificadora (“AC”) responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 28 de março de 2018.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à determinação da provisão para perdas em contingências cíveis e fiscais, à

determinação da vida útil dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “impairment” sobre o ativo imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: **(i)** ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; **(ii)** empréstimos e recebíveis; **(iii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(iv)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação.

(i) *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*

São mensurados ao valor justo por serem gerenciados pela Sociedade desta forma. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) *Empréstimos e recebíveis*

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Estão incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). São contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida no resultado do exercício.

(iv) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

São designados nessa categoria os instrumentos financeiros que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente.

Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade analisa o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: (a) o uso de operações recentes contratadas com terceiros; (b) a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares; e (c) a análise de fluxos de caixa descontados; tais técnicas fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado.

Caso haja evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para ajuste ao valor recuperável.

2.5 Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Os recebimentos antecipados de prestações de serviços são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no momento em que os serviços são efetivamente prestados.

2.6 Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.7 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.9 Contas a receber

Representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas. A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.11 Intangível

a. *Ágio*

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b. *Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos*

O intangível inclui gastos com aquisição de sistemas de computação e base de dados. Com respeito a aquisição de base de dados, estas são adquiridas principalmente de cartórios, para a formação de base de dados utilizadas em produtos oferecidos pela Sociedade a seus clientes e são capitalizadas pois a utilização destas informações gera benefícios econômicos futuros.

Estes ativos são amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.

- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e é, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a operação esteja em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.15 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.16 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.17 Arrendamento mercantil financeiro

O arrendamento no qual a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e recompensas da propriedade é classificado como arrendamento financeiro. Este é capitalizado no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

2.18 Novas normas, alterações e interpretação de normas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade são abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotá-las quando entrarem em vigência.

A avaliação dos novos pronunciamentos IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com clientes e IFRS 16 - Arrendamento Mercantil foi iniciado ao longo do ano de 2017 para identificação e mensuração dos efeitos finais na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados,

desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9/CPC 48. A IFRS 9/CPC 48 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9/CPC 48 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, a aplicação dessa norma é exigida aplicação de forma retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Sociedade planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor, sendo que uma avaliação preliminar do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9/CPC 48 foi realizada, a qual baseia-se nas informações atualmente disponíveis. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas:

a) Classificação e mensuração

A Sociedade não espera um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9/CPC 48. Espera-se continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Sociedade espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9/CPC 48.

(b) Perdas por redução do valor recuperável (“Impairment”)

A metodologia de apuração de provisão de perdas é realizada pelo modelo de “aging list”, a qual é constituída com base em histórico de perdas para todas as faixas do “aging list”. A Administração entende que, diante das informações que tem disponível, este é o modelo que melhor reflete a estimativa de perdas. Foi analisado pela Administração os impactos do IFRS 9/CPC 48 e a aplicabilidade do modelo de perda esperada ou a manutenção do modelo já aplicado de “aging list”, sendo que para isso a Administração levantou todas as informações necessárias, diante das informações disponíveis em sistemas internos, para conseguir obter dados que permitam construir um modelo de perda esperada. A Administração entendeu que não há efeitos relevantes pela alteração do modelo probabilístico de perda.

(c) Contabilidade de hedge

A Sociedade não opera com hedge, portanto não há efeitos do novo pronunciamento nas demonstrações financeiras.

IFRS 15/CPC 47 - Receita de contratos com clientes

Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão relacionadas as atividades ordinárias da Sociedade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pelas IFRSs, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A Sociedade atua no ramo prestação de serviços de soluções creditícias que envolvem todo o ciclo de negócio de seus clientes, desde a prospecção até a recuperação de créditos por meio de vendas diretas ou pelo canal online. As soluções são vendidas individualmente em contratos separados, identificados com os clientes, ou agrupados como um pacote de serviços.

A Administração entendeu que não há efeitos relevantes na alteração do modelo de reconhecimento de receita que considera: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho separadas no contrato, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação às obrigações de desempenho separadas e reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho for satisfeita.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	4	9
Bancos conta movimento	583	4.260
Aplicações financeiras (*)	51.498	5.724
Total	<u>52.085</u>	<u>9.993</u>

(*) Representam aplicações compromissadas e em fundos de renda fixa, com remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem risco de mudança significativa do valor e com liquidez imediata.

4 Contas a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Clientes por serviços de informações prestados	90.870	94.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.904)</u>	<u>(2.821)</u>
Total	<u>87.966</u>	<u>91.988</u>

(a) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados dos acionistas.

O “contas a receber” é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

	31.12.2017	31.12.2016
A vencer	80.277	83.627
Vencidos:		
Até 30 dias	5.903	6.364
De 31 a 60 dias	1.731	1.955
De 61 a 90 dias	1.257	1.184
De 91 a 120 dias	494	243
De 121 a 150 dias	499	248
De 151 a 180 dias	432	556
Acima de 181 dias	277	632
Total	90.870	94.809

A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.821
Constituição de provisão	2.859
Créditos baixados no exercício	(2.776)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.904

5 Insumo para prestação de serviços

O saldo de insumo para prestação de serviços em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$468 (R\$520 em 31 de dezembro de 2016), refere-se aos insumos para venda dos certificados digitais (cartões, leitoras, tokens e pastaZip).

6 Imobilizado

	Taxa média anual - %	31.12.2017			31.12.2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	3.864	(356)	3.508	3.785
Máquinas e equipamentos	10	1.297	(508)	789	587
Instalações	10	403	(97)	306	347
Móveis e utensílios	10	1.894	(866)	1.028	860
Equipamento de informática	20	10.026	(4.482)	5.544	5.895
Arrendamento de equipamentos	20	9.042	(8.134)	908	13.835
Imobilizado em andamento		-	-	-	303
Total		26.526	(14.443)	12.083	25.612

As obrigações da Sociedade assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro dos equipamentos de “mainframe” estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados (ver nota explicativa nº 9).

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2016	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2017
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.785	32	-	-	(309)	3.508
Máquinas e equipamentos	587	322	-	-	(121)	788
Instalações	347	-	-	-	(40)	307
Móveis e utensílios	860	68	268	-	(169)	1.027
Equipamentos de informática	5.895	1.748	35	-	(2.135)	5.543
Arrendamento de equipamentos	13.835	-	-	(12.925)	-	910
Imobilizado em andamento	303	-	(303)	-	-	-
Total	25.612	2.170	-	(12.925)	(2.774)	12.083

7 Intangível

		31.12.2017			31.12.2016
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Cartórios (a)	20	535.040	(228.735)	306.305	259.689
Juntas comerciais e ações cíveis (a)	20	46.514	(21.784)	24.730	24.057
Outras informações adquiridas (a)	20	11.839	(5.511)	6.328	6.795
Marcas, direitos, patentes e outros	-	130	-	130	130
Software	20	31.913	(21.025)	10.888	15.594
Arrendamento de softwares para o “mainframe”	20	9.358	(7.187)	2.171	6.536
Mão de obra	20	19.285	(7.198)	12.087	10.036
Ágio em combinação de negócios	-	110.182	-	110.182	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	20	-	-	-	157
Intangível identificado em combinação de negócios	10	25.349	(16.763)	8.586	10.942
Intangível em andamento		4.953	-	4.953	4.182
Total		796.527	(310.167)	486.360	448.300

- (a) Refere-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Cartórios	259.688	141.951	-	-	(95.334)	306.305
Juntas comerciais e ações cíveis	24.057	9.806	-	-	(9.133)	24.730
Outras informações adquiridas	6.795	1.690	-	-	(2.157)	6.328
Marcas, direitos, patentes e outros	130	-	-	-	-	130
Software	15.594	2.152	-	-	(6.858)	10.888
Arrendamento de softwares	6.536	-	-	(4.366)	-	2.170
Mão de obra	10.037	5.378	-	-	(3.327)	12.088
Ágio em combinação de negócios	110.182	-	-	-	-	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	157	-	-	-	-	157
Intangível identificado em combinação de negócios	10.942	-	-	-	(2.513)	8.429
Intangível em andamento	4.182	771	-	-	-	4.953
Total	448.300	161.748	-	(4.366)	(119.322)	486.360

8 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$54.194 (R\$63.920 em 31 de dezembro de 2016), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

9 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Data da contratação	Encargos	2017	2016
Banco Nacional Desenvolvimento Social (a)	2015	Selic + 3,15% a.a. - TJLP + 3,95% a.a.	19.497	22.718
Arrendamentos financeiros (b)	2012 a 2014	9,12% a.a. - 14,44% a.a.	-	10.568
Capital de Giro (c)	2017	CDI + 5,2% a.a.	71.288	-
Total			90.785	33.286
Passivo circulante			40.222	9.937
Passivo não circulante			50.563	23.349

- (a) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES linha de crédito no valor de R\$ 36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES Prosoft. Referida operação possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484, em 16 de maio de 2016 foi

disponibilizado o crédito no montante de R\$ 12.001. Devido à revisão do projeto inicialmente aprovado, a Sociedade não desembolsará o saldo restante da linha de crédito.

Os “Covenants” financeiros da operação são: “Ownership”, restrições de concessão de mútuo com Empresas e distribuição de dividendos, Dívida Líquida/Ebitda < 2,5x, Ebitda/Desp. Financeiras > 3,0x e Patrimônio Líquido mínimo = 50% Ativo Total. Como garantia foram cedidos direitos creditórios de alguns contratos de serviços.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade atendeu aos covenants da operação listada acima.

- (b) Não há cláusulas de “covenants” financeiros e cessão de garantia.
- (c) Não há clausula de “covenants” financeiros. Foram cedidos direitos creditórios de clientes em garantia à algumas linhas. Encargos divulgados por média ponderada

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2019	24.237
2020	16.938
2021	6.558
2022	2.830
Total	<u><u>50.563</u></u>

A movimentação dos empréstimos é assim representada:

Saldo em 31/12/2016	33.286
Novas contratações	82.478
Pagamento de principal	(20.570)
Pagamentos juros	(6.155)
Juros provisionados	1.654
Custos pagos	(258)
Custos provisionados	350
Saldo em 31/12/2017	90.785

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

10 Debêntures

As debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures	142.500	142.500
(-) Custo com debêntures a apropriar	(2.657)	(1.988)
Juros sobre debêntures	<u>6.181</u>	<u>8.786</u>
Total	<u><u>146.024</u></u>	<u><u>149.298</u></u>
Circulante	52.780	44.576
Não circulante	93.244	104.722

Em 26 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em série única, todas escriturais, da espécie quirografária, sendo 7.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total da emissão de R\$75.000.

O valor principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de setembro de 2016, e os juros são pagos semestralmente, desde setembro de 2014.

As debêntures mencionadas acima são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 1,92% ao ano (base 252 dias úteis).

Em 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em 2 séries, sendo 50.000 debêntures em setembro de 2015 e 30.000 emitidas em janeiro de 2016, todas escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 e valor total da emissão de R\$80.000.

O valor principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de julho de 2017, e os juros são pagos semestralmente desde janeiro de 2016.

As debêntures referentes à Segunda emissão são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 2,35% ao ano (base 252 dias úteis).

Em 08 de março de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Sociedade que aprovou:

- (a) Inclusão de novos direitos creditórios para garantia, compartilhando com a 2ª emissão;
- (b) Alteração da data de vencimento das parcelas de março e setembro de 2017, no valor de R\$12.500 cada para, respectivamente, março e setembro de 2019;
- (c) Alteração de taxa de remuneração em função da condição de mercado de CDI+1,92% a.a. para CDI + 4% a.a.

Na mesma data, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão de debêntures que deliberou:

- (a) Compartilhamento de garantias (após a inclusão de novos direitos creditórios) com a 1ª emissão;
- (b) Alteração da data de vencimento da parcela de julho de 2017, no valor de R\$11.429, para julho de 2019;
- (c) Alteração da taxa de remuneração em função da condição de mercado de CDI+2,35% a.a para CDI+4% a.a.

A movimentação das debêntures é assim representada:

Saldo em 31/12/2016	149.298
Pagamentos juros	(21.571)
Juros provisionados	18.965
Custos pagos	(1.798)
Custos apropriados	1.130
Saldo em 31/12/2017	<u>146.024</u>

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2017 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2019	71.786
2020	22.857
Total	<u>94.643</u>
Comissão a apropriar	<u>(1.399)</u>
Saldo em 31/12/2017	<u><u>93.244</u></u>

1ª e 2ª emissão - “covenants”

As obrigações da Sociedade com relação à 1ª e 2ª emissão de debêntures serão garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Sociedade e Agente Fiduciário. A Sociedade será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra, o índice financeiro determinado contratualmente: Dívida Líquida/EBITDA < 2,5x.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Sociedade atendeu ao covenant da operação listada acima.

A Sociedade está proibida à concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$5.000.

A Sociedade estará desobrigada da realização de resgate antecipado caso os debenturistas representados por 75% das debêntures totais autorizem em Assembleia a não realização do resgate antecipado.

As debêntures são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

11 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para férias e encargos sobre férias	8.360	7.463
Programa de participação nos resultados - PPR	11.499	6.806
Encargos sociais	2.453	2.485
Outros	1.694	1.104
Total	<u>24.006</u>	<u>17.858</u>

12 Partes relacionadas

	31.12.2017	31.12.2016
Ativos com partes relacionadas		
Contrato de Mútuo (a)	529	958
Outros	14	14
Total	543	972
Passivo		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b)	2.412	2.190
Total	2.412	2.190
Receita de serviços (c)	11.760	11.132
Despesa		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (b)	(1.438)	(2.058)
Contrato de Mútuo (d)	-	(1.411)
Total	(1.438)	(3.469)

- (a) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro em novembro de 2016 para pagamento em 4 parcelas semestrais com início em maio de 2017, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 2,35% ao ano.
- (b) Refere-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo e Equifax do Brasil.
- (c) Refere-se a prestação de serviços de consulta de dados dos Acionistas
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo no valor de R\$15.000 firmado com a Associação Comercial de São Paulo - ACSP em janeiro de 2015, para pagamento em 12 parcelas, com início em janeiro de 2016, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescidos de 1,4% ao ano.

12.1 Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2017, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em R\$5.951 (R\$5.434 em 2016). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os gastos foram de R\$4.531 (R\$4.746 em 2016).

13 Provisão para contingências

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.794	6.961	2.511	13.266
Adições	4.248	2.346	211	6.805
Reversões	(3.951)	-	(504)	(4.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.091</u>	<u>9.307</u>	<u>2.218</u>	<u>15.616</u>

As ações cíveis, em sua maior parte, são decorrentes de processos levantados contra a Sociedade no Estado do Rio Grande do Sul, requerendo indenizações por danos morais em face da dificuldade de comprovação de envio de notificação prévia pela Sociedade.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão cível apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A contingência fiscal é decorrente, substancialmente, de liminar referente a suspensão da inclusão de ISS da base de cálculo de PIS e da COFINS no montante de R\$6.088 e liminar referente a suspensão de inclusão de verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) no montante de R\$3.219.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$6.325 (R\$11.436 em 31 de dezembro de 2016), cuja estimativa de perda foi considerada "possível" na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2017.

Em razão de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Sociedade discute a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo. O valor do auto de infração é de R\$ 33.144. A Sociedade apresentou impugnação dentro do prazo legal e aguarda apreciação das razões de defesa pela Delegacia de Julgamento correspondente. A probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social, no montante de R\$202.129, é representado por 124.536 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O aumento de capital da Sociedade no valor de R\$60.011, com emissão de 6.888 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 25 de agosto de 2016.

A composição do capital social da Sociedade é a seguinte:

Acionistas	Capital Social	%
Associação Comercial de São Paulo - ACSP	105.032	51,96
Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A.	60.748	30,06
Equifax Holdings do Brasil Ltda.	28.644	14,17
Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	7.705	3,81
Total	<u>202.129</u>	<u>100,00</u>

b. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em 31 de maio de 2011, foi emitido bônus de subscrição, aprovado pelos acionistas na AGE na mesma data, subscrito e integralizado pela Equifax Funding LLC (“Beneficiária”), pelo valor de R\$1, que assegurava à Beneficiária o direito de subscrever quantas ações preferenciais possam ser subscritas e integralizadas por ela, por meio da conversão em capital do principal, e/ou dos juros e/ou de outras quantias quaisquer devidas nos termos do contrato de empréstimo conversível celebrado entre a Sociedade e a Beneficiária, limitadas a 320.000 ações preferenciais, por um período de cinco anos, encerrado em 31 de maio de 2016.

Em AGE realizada em 23 de setembro de 2016, a Sociedade foi autorizada a emitir Bônus de Subscrição aos Acionistas que aderiram ao aumento de capital aprovado na RCA realizada em 25 de agosto de 2016, na quantidade máxima de um Bônus por Acionista, representando cada Bônus, por sua vez, no máximo duas vezes a quantidade de ações ali subscritas. Estas novas ações, caso subscritas em decorrência dos Bônus, serão ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direitos idênticos aos das ações existentes. Esses Bônus poderão ser exercidos, parcial ou totalmente, pelo mesmo preço do referido Aumento de Capital corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, com prazo máximo de exercício de quatro anos da respectiva emissão.

Ágio e valor justo de combinação de negócios

O total de R\$136.330 inclui a diferença de R\$8.080 entre o valor do patrimônio líquido contábil incorporado a valor contábil e o valor do aumento de capital e o ágio e os valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda., no montante de R\$128.250.

O valor de aquisição de R\$157.650, deduzido do patrimônio líquido incorporado de R\$29.400, totalizou R\$128.250.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembléia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	17.188
Absorção de prejuízos acumulados	(18.164)
Ajuste de exercícios anteriores	2.284
Lucro líquido considerado para fins de reserva legal	1.308
Reserva legal - 5%	(65)
Lucro líquido considerado para fins de dividendos	1.243
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(311)
Transferência para reserva de lucros retidos	932

15 Impostos de renda e contribuição social

a. Tributos diferidos

	31.12.2017	31.12.2016
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	54.118	42.651
Arrendamento mercantil financeiro	(2.678)	(12.644)
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ	53.553	73.951
Base de cálculo IRPJ	104.993	103.958
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	54.118	42.651
Arrendamento mercantil financeiro	(2.678)	(12.644)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	53.862	74.260
Base de cálculo CSLL	105.302	104.267
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	35.725	35.374
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos (ii)	(4.417)	(5.066)
Ativo diferido líquido	31.308	30.308

- (i) Refere-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda e contraprestações de leasing.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	26.192	(35.137)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente	(8.905)	11.947
Compensação de prejuízos fiscais	(4.409)	-
Resultado de eventos da incorporação da Equifax do Brasil Ltda.	(854)	(595)
Outras adições e exclusões	5.164	(1.370)
	(9.004)	9.982
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(9.004)	9.982

16 Receita líquida de serviços

	31.12.2017	31.12.2016
Receita bruta de serviços (a)	683.944	668.101
Cancelamentos de faturamentos	(21.570)	(8.345)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	(72.949)	(86.948)
	589.425	572.808
Total	589.425	572.808

- (a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

17 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

	31.12.2017	31.12.2016
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(372.223)	(412.158)
Despesas com vendas	(75.813)	(86.453)
Despesas gerais e administrativas	(82.274)	(79.247)
Outras receitas (despesas) operacionais	(338)	502
	(530.648)	(577.356)
	(530.648)	(577.356)

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

	31.12.2017	31.12.2016
Cartas - Impressão & Postagem	(149.786)	(189.372)
Depreciação & Amortização	(130.439)	(122.658)
Crédito de pis/cofins sobre depreciação e amortização	1.501	1.241
Pessoal	(120.358)	(118.117)
Manutenção	(30.863)	(30.694)
Plataforma Certificação Digital	(3.938)	(7.782)
Remuneração Entidades	(15.328)	(17.926)
Prestação de Serviços	(20.927)	(16.689)
Prediais & Utilidades	(10.322)	(13.189)
Legais	(11.141)	(12.713)
Comissão Representantes e Parceiros	(12.552)	(16.393)
Televendas	(4.338)	(4.078)
Outros Custos Variáveis	(2.995)	(5.155)
Base de Dados	(2.188)	(3.898)
Consultoria, Auditoria e Assessoria	(2.960)	(3.617)
Telefone	(3.414)	(3.614)
Propaganda & Promoção	(2.848)	(3.583)
Call Center	(1.375)	(2.682)
Viagem, Locomoção e Diárias	(2.547)	(2.582)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.858)	(2.409)
Eventos	(779)	(2.042)
Material Consumo, Escritório e Outros	(547)	(1.081)
Outros	354	1.677
Total	<u>(530.648)</u>	<u>(577.356)</u>

18 Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras:		
Juros e multas	1.091	850
Rendimentos sobre aplicações	609	1.021
	<u>1.700</u>	<u>1.871</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas passivos	(5.192)	(4.289)
Com arrendamento mercantil	(751)	(1.391)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(8.247)	(2.022)
Encargos financeiros sobre debêntures	(20.095)	(24.757)
	<u>(34.285)</u>	<u>(32.459)</u>
Total	<u>(32.585)</u>	<u>(30.588)</u>

19 Lucro/ (prejuízo) por ação básico e diluído

Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro/ (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do prejuízo líquido básico por ação	17.188	(25.155)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo líquido básico por ação	124.536	124.536
Lucro/ (prejuízo) líquido básico por ação - R\$	<u>138,02</u>	<u>(201,99)</u>

Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/ (prejuízo) diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro/ (prejuízo) básico por ação, como segue:

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro/ (prejuízo) utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) diluído por ação	<u>17.188</u>	<u>(25.155)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro/ (prejuízo) básico por ação	124.536	124.536
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	5.148	3.681
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/ (prejuízo) diluído por ação	<u>129.684</u>	<u>128.397</u>
Lucro/ (prejuízo) por ação diluído - R\$	<u>132,54</u>	<u>(195,92)</u>

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores. Os saldos contábeis destes instrumentos financeiros já estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais:

	<u>Ativos financeiros</u>			
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Debêntures	Empréstimos e Financiamentos
2018	51.498	87.966	52.780	40.222
2019	-	-	71.786	24.237
2020	-	-	22.857	16.938
2021	-	-	-	6.558
2022	-	-	-	2.830
Total	51.498	87.966	147.423	90.785

A Sociedade possui deficiência de capital circulante líquido de R\$24.552 e tem trabalhado junto aos bancos na obtenção de empréstimos com prazos mais longos, além de ter expectativa de redução do endividamento através da utilização de sua geração de caixa operacional para equalização desta situação.

Risco dos ativos e passivos financeiros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Sociedade revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do contábil e a Sociedade não está apresentando a análise de sensibilidade em função de que não há riscos de mercado significativos em seus instrumentos.

21 Benefícios a funcionários

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em função das alterações do plano em 2015, não houve necessidade de aporte no período de 2017 e 2016.

22 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$184.857 (R\$186.037 em 31 de dezembro de 2016), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

23 Plano de opção com base em ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera que a volatilidade das ações, a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do plano de opção:

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$ 8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas chave.
- Total de ações do plano = 5.148.
- Período de “vesting”:
 - 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
 - 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
 - 3º ano Aquisição de 15% dos direitos
 - 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
 - 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
 - 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa possuía registrado em seu passivo o montante de R\$3.406 (R\$3.300 em 31 de dezembro de 2016).

24 Transações não envolvendo caixa

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31.12.2017	31.12.2016
Aquisição de intangíveis e imobilizado - fornecedores a pagar	6.358	8.261

25 Outros assuntos

25.1 Atualização da Lei No 16.624 – AR

Em 16 de dezembro de 2017 foi publicada no Diário Oficial a Lei Nº 16.624, de 15 de Dezembro de 2017, que alterou a Lei nº 15.659, de 9 de janeiro de 2015, a qual determinava que a inclusão dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito deveria ser previamente comunicada por escrito e comprovada com aviso de recebimento no Estado de São Paulo. A nova lei elimina a necessidade do AR, e determina que o consumidor deve ser informado previamente, por escrito, sobre a inscrição de dívida, por correspondência enviada para o endereço informado por ele ao credor, sendo que também servirá como prova da comunicação o comprovante de entrega de correspondência eletrônica, via internet ou qualquer outro aplicativo de mensagem. Deve ser concedido o prazo mínimo de 20 (vinte) dias para quitação ou apresentação de comprovante de pagamento, antes de ser efetivada a inscrição.

Os bureaus deverão disponibilizar acesso gratuito, por meio físico e eletrônico, para que o consumidor possa consultar seus dados de inadimplência e disponibilizar, em seus sites, manuais ou cartilhas de orientação financeira e prevenção ao superendividamento, mantendo em sua página principal ‘link’ de acesso a esse conteúdo.

25.2 Cessão de carteira de clientes Certificado Digital

Em 23 de outubro de 2017, a Sociedade encerrou contrato com a Certisign Certificadora Digital S.A. (“Certisign”) de prestação de serviços de suporte de Certificação Digital para a Autoridade Certificadora Boa Vista. Nessa mesma data, foi assinado novo contrato com a Certisign de cessão de direitos de exclusividade de atuação da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (“FACESP”) para a Certisign.

A partir de novembro de 2017, data efetiva da cessão de direitos, a Sociedade encerrou as vendas de novos certificados digitais em nome da Boa Vista.